



EDUCAÇÃO POPULAR DO CAMPO: OUVINDO MULHERES CAMPONESAS¹

Larissa Maria Rodrigues de Oliveira

Graduanda em Pedagogia pela UFJF

Universidade Federal de Juiz de Fora – larissarodriguesoliveira96@gmail.com

Diego Armando Maradona Oliveira

Graduando em Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas pela UFJF

Universidade Federal de Juiz de Fora – diegomoliveira.99@gmail.com

Simone da Silva Ribeiro

Doutora em Educação pela UFJF

Colégio de Aplicação João XXIII/Universidade Federal de Juiz de Fora – simonerib@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho busca refletir sobre a importância da história oral como metodologia usual para a educação popular do campo. Apresentando o conceito de história oral e refletindo sobre a relevância desta metodologia para subverter a ordem estabelecida pelo patriarcado e pelo modelo de desenvolvimento capitalista de ter como dono da palavra e das decisões o homem elitizado e alfabetizado, compartilhamos nossas fundamentações teóricas e experiências em campo. Sob a perspectiva da Educação Popular no campo dissertamos sobre a escolha das mulheres do campo para nossas entrevistas, entendendo que este é um coletivo que é historicamente silenciado e ocupa um lugar secundário nos espaços sociais do campo, sendo submissa ao pai, marido e irmãos, tendo como seu papel definido o cuidado com a casa e com os arredores desta.

Palavras chave: Educação do Campo. História Oral. Mulheres. Camponesas.

INTRODUÇÃO

Este artigo foi produzido a partir da nossa inserção nos projetos de pesquisa: “Infâncias e Memórias – resgatando histórias de mulheres rurais na zona da mata mineira” e de extensão: “Incorporando outras lógicas na educação escolar: Educação do Campo e Educação Agroecológica” desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Educação, Cultura e Sustentabilidade – ECUS da Universidade Federal de Juiz de Fora. Como graduandos de diferentes cursos a atuação nos projetos possibilita uma formação interdisciplinar já que enredam temáticas que vêm rondando e aparecendo em várias frentes de trabalho desenvolvidas pelo Grupo: A questão das mulheres, das memórias e das territorialidades, neste caso, as rurais. De modo que, neste artigo nos dedicamos a levantar questões e apresentar algumas reflexões a partir dos temas percebidos em nossa primeira experiência com a história oral ao entrevistarmos mulheres rurais. Para construir esta escrita nos

¹ Este trabalho surge a partir dos Projetos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Educação, Cultura e Sustentabilidade – ECUS da Universidade Federal de Juiz de Fora, um projeto de pesquisa: “Infâncias e Memórias – resgatando histórias de mulheres rurais na zona da mata mineira”; e outro de extensão: “Incorporando outras lógicas na educação escolar: Educação do Campo e Educação Agroecológica”.



orientamos por três perguntas: Porque História Oral? Porque História Oral com Mulheres? Porque História Oral com Mulheres do campo?

PORQUE HISTÓRIA ORAL?

O transformar, o reinventar e o reconstruir são passos significativos nos processos de formação sobretudo quando o objetivo é a formação de educadores populares comprometidos com a transformação social. Já dizia o mestre Paulo Freire:

O mundo não é. O mundo está sendo. [...]meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da *História* mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, *constato* não para me *adaptar* mas para *mudar*. (FREIRE, 1996, p.77)

Sendo assim, entendemos que a história deve ser compreendida enquanto uma narrativa orgânica e não absoluta, que possui personagens, autores, e narradores, logo, sua construção é influenciada diretamente por esses agentes que moldam de acordo com sua ótica e sua percepção os caminhos que serão trilhados ao longo dessa narrativa. Por isso ao optarmos pela história oral enquanto metodologia de pesquisa, fazemos uma opção que além de metodológica é também política.

De modo geral, temos buscado a história oral como forma de nos aproximarmos do registro do tempo presente, do cotidiano, mas trazendo os vínculos com o passado. Compreendemos a história oral como um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto da entrevista e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas.

Atualmente, a história oral aparece ganhando espaço no meio acadêmico. É importante então, para nos localizar, observar o seu surgimento relacionado com a consolidação da História durante o século XIX e o cientificismo. No período da Antiguidade Clássica o que hoje chamamos de História Oral era considerada como fonte histórica. A oralidade era a principal forma de compartilhar conhecimentos e socializar fatos ocorridos.

Os historiadores do século XIX iniciam suas análises históricas na busca por uma forte objetividade, estando fielmente ligados a documentação e a escrita (Ferreira, 1998, p.1) e influenciados fortemente pela perspectiva do positivismo científico. A desvalorização da oralidade, que era associada ao subjetivo e ao popular, fundava uma enorme diferenciação entre os graus de conhecimento, alegando a história oral como fonte exclusivas de classes populares, sem nenhum teor acadêmico e de baixa importância de análise. Eles pautavam seus trabalhos nas reflexões do passado narradas por grupos elitizados que dominavam a escrita, gerando uma história linear, que focava todo seu estudo a acontecimentos de períodos mais remotos, subjetivando o papel das

¹ Este trabalho surge a partir dos Projetos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Educação, Cultura e Sustentabilidade – ECUS da Universidade Federal de Juiz de Fora, um projeto de pesquisa: “Infâncias e Memórias – resgatando histórias de mulheres rurais na zona da mata mineira”; e outro de extensão: “Incorporando outras lógicas na educação escolar: Educação do Campo e Educação Agroecológica”.



multidões. A forma clássica de se fazer a história priorizando práticas econômicas, políticas e valorizando seus “heróis” contribui também para a consolidação das estruturas sociais existentes e reforçam as ideologias hegemônicas e dominantes.

Apesar de sua desvalorização enquanto método de registro histórico dentro do campo científico, a oralidade continuou sendo usada por comunidades indígenas e quilombolas, como meio de preservação da memória pessoal e coletiva, como nos aponta Ferreira (1998, p.6) “fora da comunidade dos historiadores” e seu uso e criação enquanto metodologia científica se inicia a partir da Segunda Guerra Mundial. O entendimento de que os documentos escritos também passavam por processos meticulosos de seleção fez com que a história oral se tornasse uma via para preencher diversas lacunas que os mesmos deixavam e democratizasse os olhares e vivências de diferentes grupos sociais sobre a história (Ferreira, 1998, p.9).

A história oral considera os comportamentos coletivos como primordiais em seu objeto de estudo em relação às iniciativas individuais, visto que as estruturas fixas da sociedade são mais determinantes e relevantes para a compreensão do passado e do presente em relação aos marcos pontuais e acidentados de conjuntura.

O campo da história oral se torna mais acessível a diversos sujeitos que a metodologia tradicional não contempla, fundando uma história democrática, se propondo a escutar aqueles que durante toda sua vida não tiveram a oportunidade de contar suas histórias e seus conhecimentos que fogem ao saber tradicional pelo fato de não serem alfabetizados e não poderem escrever conforme exigiam os historiadores tradicionais.

Esta concepção de história mais democrática e mais profunda de resgate da memória popular se torna nossa metodologia por compreendermos que é uma forma mais sensível aos saberes populares e tradicionais e que valoriza o sujeito e sua ligação com o coletivo. Assim, está em consonância com as nossas expectativas e ao mesmo tempo, favorece a aproximação e a possibilidade de dar visibilidade às mulheres do campo.

PORQUE HISTÓRIA ORAL COM MULHERES?

Partimos do pressuposto de que as mulheres resistem e lutam nas diferentes classes e espaços sociais por seus direitos, considerando o contexto rural brasileiro, seu tradicionalismo em relação aos papéis de gênero e o atual modelo de desenvolvimento é correto dizer que as mulheres têm sido invisibilizadas o que, conseqüentemente, reforça a desigualdade entre gêneros. Ao incorporarmos o conceito de relações sociais de gênero significa que consideramos as identidades e

¹ Este trabalho surge a partir dos Projetos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Educação, Cultura e Sustentabilidade – ECUS da Universidade Federal de Juiz de Fora, um projeto de pesquisa: “Infâncias e Memórias – resgatando histórias de mulheres rurais na zona da mata mineira”; e outro de extensão: “Incorporando outras lógicas na educação escolar: Educação do Campo e Educação Agroecológica”.



os papéis masculinos e femininos como construção histórica e social, sujeita, portanto, à mudança.

Neste sentido, afirmamos a perspectiva apresentada por Luz et ali (2003, p.104) que diz que “adotar uma perspectiva de gênero auxilia-nos na compreensão destas diferenças e ajuda-nos a distinguir no jogo destas diferenças o que é natural e biológico e o que é social e culturalmente construído”. Desse modo, fomos instigados a olhar para as relações estabelecidas na sociedade entre homens e mulheres e nos questionar sobre os papéis sociais exercidos por estes dois grupos.

Sendo assim, ao definirmos a escolha de mulheres como sujeitos temos a possibilidade de acessar suas trajetórias e a percorrer antigos caminhos e recuperar “saberes e fazeres humanos” silenciados. Assim, a partir do relato individual e único, buscamos resgatar e preservar a memória e a história dessas mulheres onde se pretende valorizar as narrativas desse grupo. O uso da história oral irá nos auxiliar, visto que uma de suas propostas é reordenar padrões e valores encarados como fixos ou imutáveis.

Observando as relações sociais de gênero entre os sujeitos camponeses a partir da análise de Nobre (2008), compreendemos que estas são historicamente marcadas pela submissão das mulheres em relação aos homens e pela divisão do trabalho muito bem delimitada: cabendo às mulheres os espaços relacionados à casa e o seu entorno e aos homens a roça e a comercialização de produtos. No meio urbano essa realidade vem sendo modificada ao longo dos anos, porém no campo continuam naturalizadas essas relações de gênero onde a mulher ocupa lugares de menor reconhecimento.

Entendemos que se faz necessária a problematização dessas relações a partir da nossa preocupação com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária onde o campo e principalmente a agricultura familiar são ambientes propícios para o desenvolvimento de princípios como cooperação, diversidade, solidariedade e igualdade de poder, de participação e de valorização dos sujeitos em igual medida. E se faz também importante o protagonismo das mulheres camponesas ao abrirmos espaço para suas narrativas pessoais e histórias de vida socializadas por meio da história oral, essas práticas irão contribuir para romper com o tradicionalismo dos lugares de fala e com a naturalização do papel secundário ser sempre das mulheres nos espaços sociais.

Ao ouvirmos as histórias das mulheres, de suas famílias, das suas infâncias identificamos que há um processo de socialização diferenciado a partir das perspectivas de gênero, sobretudo quando relacionamos esta dimensão às dimensões de identidade territorial. O ambiente rural deixa marcas na memória, já que esses lugares não são apenas uma demarcação geográfica, mas são construídos social e historicamente, gerando representações sobre esses espaços vividos, denotados

¹ Este trabalho surge a partir dos Projetos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Educação, Cultura e Sustentabilidade – ECUS da Universidade Federal de Juiz de Fora, um projeto de pesquisa: “Infâncias e Memórias – resgatando histórias de mulheres rurais na zona da mata mineira”; e outro de extensão: “Incorporando outras lógicas na educação escolar: Educação do Campo e Educação Agroecológica”.



de um sentido, ou melhor, de múltiplos sentidos. As relações dos sujeitos com o lugar é sempre mutável e dinâmico, e as modificações sofridas no espaço repercutem nos sujeitos, bem como na produção de sua memória social. Cada mulher carrega memórias das suas vivências na relação com o espaço da sua comunidade rural. Nesse sentido nos questionamos quais as percepções do espaço rural que as mulheres percebem a partir de suas experiências com relação às mudanças econômicas, estruturais e sociais?

PORQUE HISTÓRIA ORAL COM MULHERES DO CAMPO?

O campo brasileiro tem sua história marcada por luta e resistência pela terra. Tais batalhas travadas na contramão do atual sistema político-social que subjuga, subjuga e elimina a classe trabalhadora que batalha pela retomada da terra. Os conflitos no campo se dão a partir da disputa entre os dois modelos de desenvolvimento agrário: o campesinato e o agronegócio, onde os dois se confrontam no processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização que é constante e se configura enquanto a gênese da questão agrária e das contradições referentes a como o modo de produção capitalista se insere no campo através do latifúndio.

É essencial o entendimento do campesinato e do agronegócio não somente enquanto modelos de desenvolvimento da terra e do campo mas também enquanto agentes influentes na territorialidade. Visto que a apropriação de um, implica na desapropriação do outro, pois o território do agronegócio compreende grandes propriedades e desigualdade do acesso à terra, exploração do trabalho, produção em excesso porém com distribuição desigual do produto, além de crimes ambientais severos, já o território do campesinato compreende a democratização do acesso aos meios de produção, a valorização da cultura e dos conhecimentos comunitários, pequenas posses e além disso, a relação direta do trabalhador com a terra contribui não só para a redução máxima dos danos ambientais, mas também para a distribuição democrática do produto.

A agricultura familiar reforça laços de pertencimento sociocultural. Todo conhecimento é passado por gerações, assim como o trabalho. Os saberes tradicionais adquiridos por tais indivíduos chegam a ser igualmente qualificados quanto aos saberes científicos, sendo assim um grande meio de partilha de conhecimento.

Quando propomos discorrer e debater aspectos tangíveis a memória das mulheres, lidamos não apenas na forma em que elas se relacionam com outros sujeitos, mas revela principalmente a suas compreensões de território. Portanto, trazendo nossas noções e reflexões teóricas sobre esse território, será no ato de ouvir os sujeitos que encontraremos novos significados, alargando e

¹ Este trabalho surge a partir dos Projetos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Educação, Cultura e Sustentabilidade – ECUS da Universidade Federal de Juiz de Fora, um projeto de pesquisa: “Infâncias e Memórias – resgatando histórias de mulheres rurais na zona da mata mineira”; e outro de extensão: “Incorporando outras lógicas na educação escolar: Educação do Campo e Educação Agroecológica”.



deixando aberto este conceito. O resgate das narrativas e memórias de tal grupo se torna extremamente importante como forma de registrar o histórico de luta, além de reforçar e enaltecer a batalha que se mostra cada vez mais necessária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, escolher a história oral se dá na perspectiva de subverter a lógica estabelecida de considerar autores da história um grupo elitizado e nos propondo a ouvir sujeitos comuns; definir as mulheres por compreendê-las como um coletivo historicamente silenciado nas diferentes instâncias de poder e classe; focalizar as mulheres do campo por entender que elas são um grupo de dupla resistência: à histórica dominação patriarcal, mas também ao modelo econômico que tenciona excluir do campo pequenos produtores e comunidades agrícolas em prol do desenvolvimento do agronegócio. Ao refletir também, a partir da exposição de Nobre (1998, p.1), que no campo a visão do “chefe da família” ainda é muito arraigada e o trabalho e as visões femininas ainda são negligenciadas, vemos neste coletivo (mulheres do campo) uma necessidade ainda maior de serem ouvidas e de torná-las protagonistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERNANDES, B. M. **Brasil: 500 anos de luta pela terra.** Cultura Vozes, VOZES, v. 93, n.2, p. x-xi, 1999.
- FERREIRA, M. M. (Org.). **ENTRE-VISTAS: abordagens e usos da história oral.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998. 316 p. il.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo, Paz e Terra, 1996.
- LUZ, C. et al. Um olhar de gênero sobre as relações sociais no campo. **Informe Agropecuário.** Belo Horizonte, v. 24 n.220, 2003. p. 103-112.
- NOBRE, M. Relações de gênero e agricultura familiar. In: Nobre, M. SILIPRANDI, E. QUINTELA, S. MENASCHE, R. (Orgs.): **Gênero e Agricultura Familiar.** SOF, São Paulo, 1998.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A Globalização da natureza e a natureza da globalização.** 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 1. 461 p.

¹ Este trabalho surge a partir dos Projetos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa Educação, Cultura e Sustentabilidade – ECUS da Universidade Federal de Juiz de Fora, um projeto de pesquisa: “Infâncias e Memórias – resgatando histórias de mulheres rurais na zona da mata mineira”; e outro de extensão: “Incorporando outras lógicas na educação escolar: Educação do Campo e Educação Agroecológica”.